



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Presidência

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores

Senhora Presidente da CALRE

Senhor Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde

Senhora Presidente do Parlamento das Canárias

Senhoras e Senhores Presidentes

Caras e Caros Convidados

Caro Moderador do painel

Em primeiro lugar quero cumprimentar e saudar todos os presentes.

Permitam-me um cumprimento especial à Senhora Presidente do Parlamento dos Açores, que acolheu a Sessão Plenária da CALRE, para agradecer-lhe a excelência do trabalho que desenvolveu durante o seu mandato.

Não é fácil, a partir de uma região ultraperiférica como são os Açores, localizada no Atlântico Médio, gerir todo o trabalho, as exigências e responsabilidades inerentes à presidência da nossa Conferência.

Foi um desafio que a Senhora Presidente abraçou e ao qual dedicou muito do seu tempo e das suas capacidades.

Uma Presidência de sucesso que prestigiou – em muito – a nossa instituição no objetivo de ganhar relevância institucional no contexto europeu.

A ela e à sua equipa, o meu reconhecido obrigado.

Agradeço igualmente a hospitalidade com que nos tem recebido e que é apanágio da população açoriana.

Em segundo lugar, aproveitar esta oportunidade para desejar à nova Presidente da CALRE, Donatella Porzi, votos de sucesso na tarefa que ora inicia. Muitas felicidades.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Presidência

A ideia de realizar um Fórum com esta abrangência é, em si mesmo, um desafio ambicioso, já que muitas das macro questões que se colocam na abordagem desta temática situam-se no patamar da soberania dos nossos Estados e das instituições supranacionais.

Em 2009, o Tribunal Constitucional da República Portuguesa declarou inconstitucional a pretensão dos Açores em ter o direito a uma política própria de cooperação externa com entidades regionais estrangeiras, nomeadamente no quadro da União Europeia e do aprofundamento da cooperação no âmbito da Macaronésia e bem assim o direito a estabelecer acordos de cooperação com entidades regionais estrangeiras e a participar em organizações internacionais de diálogo e cooperação inter-regional.

Este forte constrangimento fica aparentemente mitigado (i) com o reconhecimento, pelo Estado, de que a condição de ultraperiferia dos seus territórios autónomos deve constituir um fator determinante na definição e condução da política interna e externa do Estado, (ii) com a gestão partilhada, salvo quando esteja em causa a integridade e soberania do Estado, do mar territorial e o direito das regiões em serem ouvidas em matéria europeia ou de acordos internacionais que lhes digam respeito.

Estas limitações dão uma ideia das dificuldades que os Açores e a Madeira têm para aprofundar, por sua iniciativa e com capacidade de vinculação própria, o relacionamento transatlântico.

Tal não significa que os parlamentos das suas Ilhas do Atlântico não tenham, neste domínio, a sua legitimidade específica para participar e serem atores nas questões que lhes digam respeito à cooperação transatlântica.

Todos nós, os que vivemos nas Ilhas do Atlântico, temos consciência das dificuldades inerentes à vivência insular, da exiguidade dos nossos territórios, do isolamento e da falta de escala das nossas economias.

Mas também temos uma perceção muito fundamentada da importância da nossa posição geográfica que será decisiva no tempo que vivemos e no futuro e das vantagens que a globalização nos proporciona para podermos aceder ao grande mercado mundial.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Presidência

Estamos no Oceano Atlântico, o segundo maior do mundo depois do Oceano Pacífico, localizado entre três dos continentes: América, a leste e Europa e África a Oeste.

Nos próximos anos, o Atlântico será a zona de mais intercâmbio comercial e energético do planeta. A pesca alimenta grande parte da população mundial.

O Tratado Transatlântico que continua a ser negociado entre a União Europeia e os Estados Unidos, não obstante as dificuldades que enfrenta, implicará a eliminação de um grande número de direitos aduaneiros. Estamos a falar de cerca de 40% do comércio mundial e cerca de metade do PIB.

A concretização deste Tratado vai certamente criar mais milhões de poupanças para as empresas e mais emprego.

O acordo CETA, entre a União Europeia e o Canadá criará, se assim for concluído, uma nova zona de comércio livre a acrescer à do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento e um eventual acordo entre a UE e o Mercosul, após duas décadas de negociação, darão ao Atlântico uma dinâmica mais intensa e, conseqüentemente também, ao espaço europeu e às ilhas atlânticas.

Sem prejuízo dos protecionismos que surgiram após a eleição de Donald Trump, parece-me que o quadro geoestratégico que se está a desenhar é favorável a um mundo cada vez mais atlântico, do qual a Europa pode ficar beneficiada já que a sua debilidade geopolítica em termos energéticos – excessiva dependência do gás russo – pode ser atenuada pelo gás natural liquefeito (LNG) explorado na bacia atlântica.

91% das reservas de petróleo localizadas no offshore no mundo estão no Oceano Atlântico.

O Atlântico tem de estar na agenda das nossas preocupações já que o Pacífico, espreita igualmente a sua oportunidade para ser o maior centro agregador do comércio mundial, não lhe faltando massa crítica e capacidade de atração para ganhar mais importância e almejar esse objetivo.

Com o Brexit, que continua a consumir muitas energias europeias, a Europa perde a sua verdadeira força de atração atlântica que é a Inglaterra.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Presidência

Os países atlânticos vão ter que se entender sem o Reino Unido. E sem este, os outros países atlânticos europeus e as Ilhas do Atlântico vão ter uma relevância maior.

Portugal e Inglaterra têm a mais velha aliança diplomática do mundo, o que à partida constitui um fator positivo em futuras negociações entre estes dois países num pós-Bexit, do qual as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira podem igualmente vir a beneficiar.

Neste quadro de predominância atlântica, as ilhas atlânticas têm as suas legítimas expectativas de, pelo seu posicionamento geográfico, beneficiar do desenvolvimento atlântico e serem atores centrais e não periféricos na captação de fluxo de pessoas, empresas e capitais internacionais que será gerado nesta área estratégica das rotas comerciais e de energia que ligam a Europa aos Estados Unidos, à África e à América do Sul.

Para isso têm de cooperar entre si, devendo ser mais dinâmicas e proactivas, criando uma rede de relações e parcerias que acrescente escala e músculo internacional ao papel dos arquipélagos atlânticos no futuro.

Os espaços terrestres, aéreos e marítimos destas ilhas atlânticas, autênticas avenidas de comunicação combinados entre si, constituirão uma plataforma relevante nesse incremento das transações comerciais e energéticas no Atlântico.

Não falo apenas das regiões autónomas da Madeira e dos Açores, das Canárias ou de Cabo Verde que constituem a região da macaronésia. Falo igualmente de São Tomé e Príncipe e da Guiné Equatorial, na sua dimensão insular, que podem atrair, através de relações especiais e de acordos entre si, novos investidores e operadores, agregando vantagens competitivas e novas cadeias de valor.

Caras e Caros Colegas,

As ilhas do Atlântico, para serem mais relevantes, têm de reivindicar maior participação no âmbito das estratégias nacionais para o Mar e manter e reforçar o relacionamento entre elas.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Presidência

As Regiões Ultraperiféricas têm mantido protocolos de colaboração em vários domínios como o da política comunitária comum, promoção do desenvolvimento de ações de cooperação inter-regional, promoção de relações de cooperação, estímulo ao desenvolvimento nas áreas social, cultural e educação, turismo, agricultura, ambiente, transportes, sociedade de informação, investigação e a inovação, concertando posições comuns no quadro da cooperação internacional.

Estes protocolos permitiram que estabelecessem entre si uma cooperação prévia e uma ação conjunta para adotarem posições comuns, como forma de “grupo de pressão” junto da União Europeia, o que permitiu a consagração jurídica do estatuto da ultraperiferia e a sua organização institucional.

Não obstante as notórias diferenças económicas, sociais e culturais entre elas, as RUP apresentam propostas de grande qualidade à Comissão Europeia.

A Conferência dos Presidentes das RUPs tem tido um papel decisivo na articulação das prioridades destas regiões com as políticas europeias, o que tem conduzido a uma atualização constante da ultraperiferia, em coerência com o Acórdão do Tribunal de Justiça de 15 de dezembro de 2015.

As Cimeiras dos arquipélagos da Macaronésia que ocorrem entre os governos destas regiões e as Jornadas Parlamentares Atlânticas entre os seus parlamentos, têm dado consistência ao objetivo de promover continuamente o desenvolvimento sustentável dos nossos arquipélagos.

A Região Autónoma da Madeira tem igualmente estabelecido relações de cooperação com São Tomé e Príncipe, com os Açores, com Cabo Verde, fortalecendo a identidade histórica e linguística através de relações de amizade e política entre os arquipélagos.

Potenciar áreas como a economia do mar, promoção do comércio, turismo e investimento, investigação, desenvolvimento, energia e alterações climáticas, é um objetivo destas reuniões que demonstram uma vontade de articular soluções para o futuro.

Neste sentido, não se pode negar o esforço que estas regiões fazem para valorizarem o território europeu, favorecendo o diálogo com regiões próximas e menos desenvolvidas, promovendo relações comerciais e ajudando ao desenvolvimento das mesmas.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Presidência

Por isso, merecem que aquando das negociações dos acordos de comércio ou de pesca sejam devidamente ouvidas pelos Governos nacionais e pelas instâncias comunitárias; como devem ser devidamente protegidas nas políticas aduaneira, agrícola, adaptação das regras relativas aos auxílios de estado e às condições de acesso aos fundos estruturais e aos programas horizontais da União.

Ao longo do processo de integração europeia, a consagração do conceito de ultraperiferia e do respetivo reconhecimento das suas características e constrangimentos – grande afastamento, insularidade, pequena superfície, relevo e clima difíceis e dependência económica em relação a alguns produtos tradicionais, representa um marco histórico.

Fruto de um intenso trabalho de lobbying conseguiu-se o compromisso político dos Estados-membros no sentido da União Europeia reconhecer um estatuto jurídico próprio das nossas regiões, o que foi conseguido pela primeira vez na Declaração n.º 26 anexa ao Tratado de Maastricht, posteriormente no Tratado de Amsterdão e por último no Tratado de Lisboa, no qual está devidamente consagrado no Artigo 349º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

As Regiões Ultraperiféricas, ou as RUP como são normalmente designadas – Madeira, Açores, Canárias, Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica, Reunião, São Martinho e Maiote –, em virtude das suas características específicas e pela multiplicidade, permanência e combinação cumulativa de constrangimentos, que dificultam e condicionam o seu desenvolvimento, distinguem-se de todas as demais regiões da UE. Como foi referido nas conclusões das VIII Jornadas parlamentares atlânticas realizadas nas Canárias “Aquilo que singulariza as RUP face a outras regiões europeias com dificuldades específicas, como as regiões montanhosas ou insulares, é que nas RUP todos estes fatores coincidem num único território.”.

Contudo, as RUP também possuem muitos ativos e contribuem de um modo relevante para União Europeia, como por exemplo a sua localização geoestratégica. Por esta razão as RUP são “postos avançados” da União Europeia, e dos seus valores intrínsecos, quer no Atlântico, nas Caraíbas, ou no Índico. Em termos marítimos, as RUP representam mais de metade da zona económica exclusiva (ZEE) da UE. Ou seja, esta reserva de recursos marinhos representa um laboratório marítimo único, que pode ser explorado em domínios



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Presidência

como a segurança alimentar, a luta contra as alterações climáticas, a energia, a biotecnologia e a proteção da biodiversidade.

Pela sua localização as RUP são para a UE uma grande oportunidade de desenvolvimento das atividades espaciais, da astrofísica e dos satélites. As RUP abrigam uma diversidade de espécies e de ecossistemas únicos muito importantes para a biodiversidade do planeta.

A Comissão Europeia, nomeadamente através da sua comunicação “Uma parceria estratégica reforçada e renovada com as regiões ultraperiféricas da UE” expõe a nova abordagem sobre a forma de impulsionar o desenvolvimento das regiões ultraperiféricas, tirando o máximo partido dos seus ativos e explorando as oportunidades proporcionadas pelos novos vetores de crescimento e de criação de emprego. Tal implica, nomeadamente, que haja um maior reconhecimento das suas especificidades e necessidades. Exige igualmente a adoção de ações concretas e coordenadas a nível comunitário e nacional, bem como ao nível das próprias regiões ultraperiféricas.

Grande parte dos problemas subsistem e continuarão a subsistir, porque são intrínsecos à nossa própria natureza ultraperiférica.

Os constrangimentos da mobilidade área e marítima entre os territórios insulares e o continente, bem como os sobrecustos de qualquer atividade económica existirão sempre nas RUP (o custo adicional no transporte, no armazenamento, entre outros), pelo que em matéria de Auxílios de Estado e de Política de Coesão torna-se necessário aprofundar os instrumentos existentes, incluindo os financeiros, para mitigar esta situação e garantir a igualdade de oportunidades aos operadores económicos no acesso ao Mercado Interno da União.

Caras e Caros Colegas,

A Madeira afirma-se desde os primeiros tempos do seu povoamento como uma importante referência no Atlântico.

Ao longo do séc. XV e XVI, a Madeira e os madeirenses participaram nas viagens de exploração das ilhas e das costas africanas e depois na ocupação dos domínios portugueses do Índico, na ocupação do Brasil.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Presidência

A centralidade e a ligação da Madeira a todo o espaço marítimo entre a Costa de África e da América é uma referência de história do Atlântico.

Foi na Madeira, mais concretamente na Ilha do Porto Santo, que Colombo terá preparado a sua primeira viagem à América.

Hoje já não há caravelas a sulcar os mares do Atlântico. Mas a Madeira, a minha Região, tem um grande orgulho por ter sido tão relevante na história do Atlântico, um importante elo de ligação entre a Europa, a América e África.

E hoje, como ontem, continuamos a acreditar neste oceano de oportunidades que é o Atlântico.

Muito obrigado pela vossa atenção.